

## HISTORIOGRAFIA GOIANA: QUANDO A HISTÓRIA ESCRITA SE TORNA DOCUMENTO

Deusedith Alves Rocha Junior

Mestre em História pela UnB<sup>1</sup>

Deusedith.junior@uniceub.br

*A história da colônia, tomada e retomada, causa monotonia: quem estudar o vol. 39º dos Anais da Biblioteca Nacional e o que se há de seguir, verá como ainda está desconhecida.*

*Capistrano de Abreu, 1922.*

**Resumo:** Esta é uma proposta de pesquisa sobre a historiografia goiana, que em seus primórdios, teve nos primeiros historiadores que se dedicaram à consubstanciação dos temas, fatos e elementos que dariam sentido à história de Goiás, a repetição dos modelos historiográficos predominantes no Brasil daquele período, a “fórmula” consagrada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB. Esta se esforçava para explicar a unidade nacional a partir de uma continuidade histórica que remetia ao período colonial. Nesse sentido, trata-se de um estudo de historiografia que aponta para as tensões promovidas pelas escalas “regional” e “nacional” na escrita da história do Brasil.

Palavras-chave: historiografia goiana; escrita da história

O historiador Jacques Le Goff, em um texto clássico, define e distingue documento de monumento, indicando que o monumento, ao remeter à memória, resulta em um “sinal do passado”, representa “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (Le Goff, 2003:526). O monumento é uma coisa, uma sobra do passado, que se define, selecionado, tanto pelo tempo quanto pelos “especialistas”, para representar este passado. Distingue-se do documento, porque este, também um vestígio do passado, pretende ensinar algo sobre ele, ser uma prova e um testemunho desse passado.

Durante muito tempo, ao longo do século XIX e princípios do século XX, o documento ficou associado somente ao texto escrito, e foi considerado a matriz das verdades da

---

<sup>1</sup> Professor e Coordenador do Curso de História do UniCEUB, Pesquisadora Colaboradora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e Coordenadora de Pesquisa do Arquivo Público do DF.

história, sobre a qual o historiador encontraria o fato, cuja organização reconstruía o passado tal como ele acontecera. Mas não tardou para que novos historiadores considerassem que a problematização dos acontecimentos, e não o fato em si, teria mais importância no documento, e que o “fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva”, deveria ceder o seu lugar primaz ao conjunto dos dados, “que leva à uma série e a uma história descontínua” (Le Goff, 2003:532).

Hoje, cada vez mais ampliado, o significado de documento inclui todos os vestígios do passado, e não somente o texto escrito, ao mesmo tempo que se reconhece mais facilmente em tais vestígios, o resultado de uma construção, tanto do historiador, do erudito, quanto da sociedade, quando fortalece ou enfraquece suas escolhas sobre os modos de representar o passado.

É nesse sentido que se pode compreender que o próprio trabalho do historiador, quando escreve a história, também pode ser tomado como um documento, uma representação sobre o modo como o passado foi revisto em um determinado momento, permitindo a continuidade ou a ruptura de entendimentos socialmente negociados sobre a história, aqui entendida tanto como o passado, como aquilo que dizemos desse passado. Torna-se então, o historiador e o fruto do seu ofício, objetos de pesquisa para outros historiadores; e torna-se a história uma ciência que também se dedica à reflexão sobre si mesma.

Para este estudo, quero refletir sobre a historiografia goiana, considerando que em seus primórdios, teve nos primeiros historiadores que se dedicaram à consubstanciação dos temas, fatos e elementos que dariam sentido à história de Goiás, a repetição dos modelos historiográficos predominantes no Brasil daquele período, a “fórmula” consagrada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB. Esta se esforçava para explicar a unidade nacional a partir de uma continuidade histórica que remetia ao período colonial. Nesse sentido, trata-se de um estudo de historiografia que aponta para as tensões promovidas pelas escalas “regional” e “nacional” na escrita da história do Brasil.

A realização desse estudo deve compreender, portanto e em primeiro lugar, uma reflexão sobre a formação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, bem como a análise da importância do concurso realizado por esta instituição, em 1840, com o título “Como se deve escrever a história do Brasil”, dois anos após a sua fundação, e da sua repercussão sobre a produção historiográfica que se lhe seguiu. Em segundo lugar,

pretendo analisar os conteúdos e as formas da história do Brasil na produção do IHGB, o que me permitirá, em terceiro lugar, refletir sobre a constituição da história goiana, perscrutando o modo como uma proposta de história regionalizada interagia com o modelo predominante da historiografia brasileira nos primeiros anos do século XX.

Sobre o IHGB e a sua formação, é preciso considerar que o seu nascimento repete a tendência proposta pelo *Institut Historique de Paris*, fundado em 1834, ao considerar que membros da “boa sociedade”, elementos da elite e intelectuais do Rio de Janeiro, deveriam se associar a ele. Tratava-se, nos dois casos, de aceder à necessidade de se criar uma história nacional, correspondendo ao sentido de continuidade do Estado-nação, do passado para o presente, o que lhe garantiria uma perspectiva de futuro.

Para o caso brasileiro, o segundo reinado vencera os impasses da afirmação do Império, que resultara na abdicação de D. Pedro I, e consolidara-se como um Estado a serviço das elites dos centros econômicos e políticos, cabendo, a partir de então reelaborar o passado nacional, de tal modo que o integrasse a um sentido de brasilidade que se buscava edificar no presente. É então que o cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raimundo José da Cunha Matos fundam, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujos objetivos, em seu estatuto propõem "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil" (IHGB, 2012).

Deve-se refletir, portanto, em que medida o IHGB cria e ao mesmo tempo reproduz modelos de inclusão dos estudos históricos no Brasil, em um momento que o Estado nacional na Europa impulsiona a formação desse profissional, o historiador, que no território brasileiro, tem parte da elite assumindo tal posição com ares de diletantismo.

O concurso “Como se deve escrever a história do Brasil”, lançado em 1840, e cujo resultado foi trazido a público em 1846, na Revista do IHGB número 6, com a vitória anunciada do naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius, de um lado, parte do pressuposto de que há uma nação sem história e que necessita da sua construção, e de outro lado estabelece uma visão da história que muito influenciará a historiografia brasileira dali em diante. O problema da história do Brasil construído por Martius destacava a questão de como conciliar os elementos raciais, tomados como ponto central e incontornável do entendimento da história brasileira (tema este que sobrevive até finais da década de 1930, sempre retomado pelos “intérpretes do Brasil”). A orientação de Martius, apontando para a superioridade portuguesa sobre índios e negros, e para uma mescla racial, indica a possibilidade da história desejada pelo Estado-

nacional: “Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providencia predestinou ao Brazil esta mescla. O sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica” (Martius, 1846:383).

Além dos pressupostos teóricos que eram anunciados por uma “historiografia-pragmatica”, o elemento fundamental do concurso é a identificação dos acontecimentos representativos da história da nação. Diante disso a Revista do IHGB desempenhou o importante papel de “fabricar” as fontes para a escrita da história do Brasil. Podemos considerar que conteúdos e formas da história do Brasil foram propostos por meio do IHGB, em seu periódico, a Revista do IHGB.

Neste sentido esta revista deve ser analisada sobre vários ângulos, considerando a sua importância para a formulação de uma historiografia brasileira. Temas, regiões abordadas, colaboradores da revista, períodos mais evocados, personagens, sentidos de prova dos documentos etc. são elementos que podem ser quantificados e percebidos em seu conjunto sob a ótica da influência da consolidação da temática, periodização, formação dos personagens e acontecimentos que organizam uma história do Brasil aos moldes do Instituto. Ali mesmo na Revista do IHGB, foram publicados muitos artigos e textos de história sobre os quais é possível aplicar a análise das questões acima elencadas.

São, portanto, os artigos recebidos e publicados pela Revista do IHGB, produzidos pelos seus membros e simpatizantes, que orientarão uma perspectiva de história, ancorada, principalmente nos documentos recolhidos e publicados na mesma revista. A “questão nacional” predomina, enquanto os assuntos regionais são tratados, de modo a dar sentido à unidade nacional, à ideia de brasilidade e à identidade do brasileiro. A Revista do IHGB funciona ao mesmo tempo como fonte de referência, pelos documentos que publica, e como difusora de um modelo de história, por seus textos históricos, apontando o modo como deveria ser escrita a história do Brasil.

Dentre os autores que publicam na Revista, destaca-se a figura de Adolfo Varnhagen que, para além das publicações do IHGB, publica entre 1854 e 1857, os dois volumes de *História Geral do Brasil*, que também se tornará uma significativa fonte de consulta do modelo de história que se consagrará no Brasil deste período. Qual foi a participação de Varnhagen no IHGB, na RIHGB, e o sentido de história que ele inaugura, são questões que há de se levar em consideração quando se procura refletir sobre o tema.

Pensar sobre os tipos de história que estes historiadores desenvolveram neste período, implica necessariamente em uma reflexão sobre a obra de Varnhagen. Patriotismo,

guerra, escravidão, são temas que aparecem positiva ou negativamente, sempre com o intuito de afirmar o processo civilizatório, no sentido que se considerava à época, o desenvolvimento linear das sociedades europeias.

Varnhagen assume um sentido de História que tem como fundamento a realização da civilização ocidental, que compreende o cristianismo e a cultura europeia como o auge da civilização, mas não a vê de modo evolucionista ou linear, pois pressupõe a possibilidade de não se realizar o destino civilizatório. Constantemente ressalta ao longo da história brasileira ameaças da não realização do futuro civilizatório.

Considerando que este modelo de história foi proposto e acolhido, é preciso saber do modo como ocorreu a sua recepção, tanto para aqueles que desenvolviam uma história geral do Brasil, como fizera Varnhagen e como propusera Martius, quanto para os estudiosos que se dedicaram na produção de uma história regional. Como no caso em que investigo pretendo saber da acolhida do modelo do IHGB pelos primeiros elaboradores de uma história de Goiás, ponho aqui a questão do modo como os autores dos textos de história de Goiás conceberam a temática, o sentido de região, as temporalidades, os personagens e os sentidos de prova em suas obras.

Sobre as primeiras histórias goianas, é necessário refletir acerca do modo como os historiadores que publicam os esboços e estudos sobre o processo de ocupação portuguesa do território goiano se valeram de fontes, de referências e de modelos produzidos por historiadores vinculados direta ou indiretamente ao IHGB. Em que medida suas obras refletem uma recepção daquilo que é produzido pelo Instituto e como ele foi formado, em sua estrutura regional, em Goiás. Afinal, os Institutos Históricos e Geográficos se difundiram pelo Brasil, e o seu representante goiano foi fundado em 1932, portanto, dentro do período que considere para este estudo.

Deve-se considerar também que entre os fundadores do IHGB, a figura de Cunha Matos, que na condição de governado das armas em Goiás, escreve, da cidade de Traíras, hoje Niquelândia, a *Corografia Histórica da Província de Goiás*, em 1824. Note-se que ao mesmo tempo em que se considera a necessidade de conhecer e produzir uma história do lugar (corografia), compreende o militar luso-brasileiro que o faz em nome de uma história nacional, cujos fundamentos aparecerão mais tarde na personificação do IHGB.

Cunha Matos pressupõe assim, que a história nacional era constituída de diversas histórias regionais, sendo talvez por isso que, além da corografia de Goiás, foi autor de

uma obra de igual teor sobre a província de Minas Gerais. Suas obras, bem como os documentos que colige, transcreve, bem como os temas e biografias que a eles se juntam darão à Revista do IHGB a condição de organizadora do que se considerava necessário para a escrita de uma história nacional.

Também Varnhagen, então sexagenário, em 1877, percorreu o interior de São Paulo, Goiás e Bahia, estabelecendo-se por alguns dias na Vila Formosa, hoje Formosa-GO, onde reflete sobre as possibilidades da mudança da capital do Brasil para o interior. Observa-se, portanto, o quanto os primeiros autores da “história nacional”, tida como um modelo de uma história programada por meio do IHGB pesquisam em documentos e em campo as diversas regiões do Brasil.

Por outro lado, ainda que próximo do IHGB e reconhecedor da importância dos seus historiadores, é preciso reconhecer que a obra de Capistrano de Abreu, tanto pelos modelos historiográficos que adota, quanto pelo modo como aborda a temática da formação histórica do Brasil, surge como um contraponto ao percurso proposto por Varnhagen. Para Capistrano, tanto em *Capítulos de História Colonial* (1907), quanto em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (1930 – póstumo), a influência dos modelos alemães de história e a compreensão de que a questão racial não era o ponto central da história brasileira o conduzem por caminhos que apontam para outras perspectivas da brasilidade e da história do Brasil.

Em Capistrano é possível encontrar um diálogo e uma possível crítica que se interpunha ao modelo predominante do IHGB, o que me conduzirá à indagação sobre a recepção de sua obra pelos historiadores regionais, principalmente, para o caso que analiso, os historiadores goianos. Saber o quanto a sua obra é comentada e referenciada na historiografia goiana da primeira metade do século XX é também um caminho para compreender a relação que estes historiadores estabeleceram com a literatura histórica do período e como delas faziam uso na produção de uma historiografia regionalizada. Os primeiros historiadores goianos dialogam com a cultura histórica predominante no Brasil e estabilizam a historiografia goiana em temas e documentos consagrados, reforçando os paradigmas tradicionais da história do Brasil, e é isso que se torna o principal objeto da investigação que proponho neste estudo.

Entre os anos 1930 e 1940 viveu-se, no Brasil, a superação da cultura histórica do IHGB, com a introdução dos estudos históricos na universidade e a abertura de novos caminhos que não partiam mais daquela tradição. Não faz parte deste estudo, mas não é demais pensar o quanto os velhos temas, documentos e paradigmas são afetados por

esta nova conjuntura da historiografia brasileira. Outros pontos de partida, retomadas de velhas questões sob outros pontos de vista, modelos de pesquisa e de tratamento de fontes são introduzidos não exatamente como uma evolução dos modelos anteriores ou como uma superação desses modelos a partir de uma crítica que se lhes supere. A “história” das universidades inaugura um novo caminho, pouco dialogando com a tradição historiográfica anterior.

A chegada da cultura histórica acadêmica em Goiás e na historiografia goiana trona-se então, outro tema, para outra pesquisa, mas que se liga a esta proposta como uma possível continuidade. A permanência dos temas e documentos, as superações dos modelos, continuidades e rupturas apontam para novos caminhos que exigem novos e grandes esforços de pesquisa.

O período colonial goiano e os modelos de história nacional ou, como as interpretações da história goiana repetem os modelos gerais da história do Brasil – escravidão, bandeirismo, atraso etc. – é um tema que não se esgota quando o pensamos do ponto de vista historiográfico.

De minha parte, nesta proposta de pesquisa, trago a questão pontuando-a, como já propus acima, nos seguintes termos: quem são os primeiros historiadores que escrevem a história de Goiás? Quais os temas que elegeram para compor o percurso histórico da região e em quais documentos fundamentaram suas escolhas? Como e por quem foram influenciados em suas escolhas? A escrita e a divulgação da história goiana que se produziu na primeira metade do século XX foi embalada por quais motivações? Como esses historiadores se posicionaram, em suas obras, quanto à história do Brasil (como propunha o IHGB – histórias regionalizadas que convergissem para um mesmo sentido, a de uma história nacional)? Quais paradigmas da história forjaram e fizeram uso os primeiros historiadores de Goiás? O quanto tais paradigmas permaneceram na passagem para a história acadêmica, produzidas nas universidades? Mas esta última questão, nesta pesquisa deve permanecer em aberto, para que novas reflexões sobre a historiografia goiana possa alimentar novas investidas.

Em todo este percurso, há um diálogo entre documentos que os antigos vieses da história acadêmica, em princípio, denominaram “primários” e “secundários”. A obra dos historiadores é reconhecida nas pesquisas sobre temas e períodos históricos como uma referência secundária ao pesquisador, posto que são os documentos pertencentes ao passado pesquisado aqueles os mais importantes na investigação histórica. Os estudos

de historiografia invertem o processo. Passam a ser os historiadores e suas obras a fonte primária que buscamos para compreender como a história tem sido pensada.

Será fonte para esta pesquisa a obra de historiadores como José Martins Pereira de Alencastre, autor dos *Anais da Província de Goiás*; Joseph de Mello Álvares, autor de *História de Santa Luzia*, Antônio Americano do Brasil, autor da *Summula de História de Goyaz*; Raimundo José da Cunha Matos, autor de *Corografia Histórica da Província de Goiás*; Colemar Natal e Silva, autor de *História de Goiás*; e o cônego José Trindade da Fonseca e Silva, autor de *Lugares e Pessoas – subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*, entre outros.

É o diálogo com o passado, o passado da história vivida e o passado da história escrita pelos historiadores, que renova o sentido da história: pensar o ser humano na sua relação com o outro e a produção da sua obra.

### **Referências Bibliográficas**

ALENCASTRE, José Martins Pereira de – *Anais da Província de Goiás*, 2ª edição – Goiânia, Governo de Goiás, 1979.

ÁLVARES, Joseph de Mello – *História de Santa Luzia* – Brasília, Gráfica e Editora Independência, 1979.

AMERICANO DO BRASIL, Antônio – *Summula de História de Goyaz* – Goyaz, Imprensa Oficial, 1932.

CAPISTRANO DE ABREU, José – *Capítulos de História Colonial* – Brasília, ed. UnB, 1963.

\_\_\_\_ *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Belos Horizonte: Itatiaia, 1989.

CUNHA MATTOS, Raimundo José – *Corografia Histórica da Província de Goiás*, 2ª edição – Goiânia, ed. Gov. de Goiás, 1979.

\_\_\_\_ *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* – Rio de Janeiro, Typographia de J. Villeneuve, 1836.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. <http://www.ihgb.org.br/> (acessado em 18 de maio de 2012). PALACIN, Luiz – *Goiás 1722 – 1822* – Goiânia, ed. Oriente, 1976

LE GOFF, Jacques. *Memória e história*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a historia do Brazil*. *Revista do IHGB*. 6: 381-403, 1844; 2.ed.389-411.

SILVA, Colemar Natal e. História de Goiás. Goiânia: Gráfica e Editora Líder, 1979.

SILVA, José Tindade da Fonseca e. Lugares e Pessoas – subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. Goiânia: Ed. UCG, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de – História Geral do Brasil, volumes I, II, III, IV e V – São Paulo, ed. Melhoramentos/MEC, 1975.